

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA  
E LIGAÇÃO A CENTRAL DE RECEÇÃO E MONOTORIZAÇÃO DE ALARMES  
PARA OS SERVIÇOS CENTRAIS, SERVIÇOS LOCAIS,  
ESTABELECIMENTOS INTEGRADOS E CENTROS DE INCLUSÃO SOCIAL  
DA MADEIRA DO INSTITUTO DE SEGURANÇA  
SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM.**

**PROCESSO N.º AQ –189/2022**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## CADERNO DE ENCARGOS

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Objeto

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público, com publicidade internacional, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de vigilância e segurança humana e ligação a central de receção e monitorização de alarmes para os Serviços Centrais, Serviços Locais, Estabelecimentos Integrados e Centros de Inclusão Social da Madeira do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, nos termos dos anexos I e II ao presente caderno, do qual fazem parte integrante.

2 – A aquisição dos serviços supra identificado compreende 5 (cinco) lotes com a seguinte designação:

**Lote 1:** Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana e ligação a central de receção e monitorização de alarmes para os Serviços Centrais e Serviços Locais do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;

**Lote 2:** Aquisição de serviços vigilância e segurança humana e ligação a central de receção e monitorização de alarmes para os Estabelecimentos Integrados do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;

**Lote 3:** Aquisição de serviços vigilância e segurança humana e ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Centro de Inclusão Social da Madeira do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;

**Lote 4:** Aquisição de serviços vigilância e segurança humana para a porta do piso 3 do edifício do Bom Jesus do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;

**Lote 5:** Aquisição de serviços vigilância e segurança humana para o Edifício Rua da Conceição do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

3 – O presente procedimento precedeu de autorização da despesa e da assunção prévia do compromisso plurianual, conforme despacho de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, comunicado através do ofício n.º SRF/11799/2022, de 06/09/2022, e conforme Portaria n.º 549/2022, de 7 de setembro, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 159, da mesma data.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes do CCP, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

2 – O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.ª

##### **Prazo**

O contrato inicia-se com a sua outorga e mantém-se em vigor pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### **Obrigações principais do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) A prestação de serviços de vigilância e segurança humana e ligação a central de receção e monitorização de alarmes para os Serviços Centrais, Serviços Locais, Estabelecimentos Integrados e Centro de Inclusão Social da Madeira do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, conforme os requisitos e especificações definidos no presente caderno de encargos e respetivos anexos.
- b) Garantir que o pessoal afeto à prestação de serviços tenha reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação;
- c) Assegurar que os seus funcionários se apresentam devidamente fardados e identificados;
- d) Respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo, nomeadamente, observar as prescrições legais sobre sanidade, sindicalização, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho;

- e) Utilizar corretamente as instalações e equipamentos que lhes forem confiados, não dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização ou funcionamento ou as que lhe sejam dadas pelos responsáveis da entidade contratante;
- f) Reparar os prejuízos ou danos causados pelo seu pessoal nas instalações e nos equipamentos da entidade contratante ou de terceiros;
- g) Substituir qualquer elemento do seu pessoal, mediante pedido fundamentado da entidade contratante.

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Segurança, higiene e saúde no trabalho**

- 1 – O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
- 2 – O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal afeto à prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Seguros**

- 1 – É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente à entidade contratante ou de terceiros.
- 2 – As apólices de seguro devem abranger todo o pessoal contratado pelo adjudicatário, a qualquer título, obrigando-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro respetivas, em conformidade com a presente cláusula e a legislação aplicável.
- 3 – A entidade adjudicante pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente cláusula e na legislação aplicável, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 30 (trinta) dias.
- 4 – Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente cláusula e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

5 – Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do adjudicatário perante a entidade adjudicante.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e garantia técnica**

O adjudicatário obriga-se a garantir a qualidade técnica dos serviços contratados, de forma a cumprir com os requisitos e especificações definidos no presente caderno de encargos e respetivos anexos, bem como com a legislação aplicável.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Objeto do dever de sigilo**

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas e à proteção de segredos profissionais devidos às pessoas singulares.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Preço contratual**

1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este

for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento, e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### **Preço base**

O preço máximo global que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços que constitui o objeto do presente procedimento é de **441.614,16 EUR** (quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e catorze euros e dezasseis cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor aplicável, considerado como parâmetro base do preço contratual, para todos os lotes a concurso, não podendo exceder os montantes a seguir indicados por lote, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor aplicável:

Lote 1 – **78.727,20 EUR (setenta e oito mil, setecentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos);**

Lote 2 – **277.858,92 EUR (duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos);**

Lote 3 – **33.962,04 EUR (trinta e três mil, novecentos e sessenta e dois euros e quatro cêntimos);**

Lote 4 – **35.016,72 EUR (trinta e cinco mil e dezasseis euros e setenta e dois cêntimos);**

Lote 5 – **16.049,28 EUR (dezasseis mil e quarenta e nove euros e vinte e oito cêntimos).**

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### **Condições de pagamento**

1 – As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula 10.<sup>a</sup>, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos serviços de limpeza do mês a que respeitam.

3 – As faturas devem fazer menção ao número de compromisso atribuído nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, condição prévia para ser autorizado o respetivo pagamento, conforme estabelece o artigo 9.º da citada Lei.

4 – Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### Cláusula 13.<sup>a</sup>

#### **Penalidades contratuais**

1 – Na avaliação da qualidade do serviço, as penalidades são determinadas em função do tipo de ocorrências, de acordo com o disposto no número 4 da cláusula 31.<sup>a</sup> deste caderno de encargos, detetadas numa Auditoria, sendo aplicadas as seguintes penalidades sobre o valor mensal do contrato:

- a) 1% (um por cento) por cada infração pouco grave;
- b) 3% (três por cento) por cada infração grave;
- c) 6% (seis por cento) por cada infração muito grave.

2 – Para além da penalização prevista no número anterior, poderá a faturação ser adicionalmente sujeita a descontos, em resultado da aplicação do princípio de trabalho não efetuado/trabalho não pago, nos seguintes termos:

- a) Caso o n.º de horas mensais não cumpridas para uma das instalações indicadas na cláusula 34.<sup>a</sup> deste caderno de encargos seja inferior a 15% do total das horas contratadas para essa instalação, a faturação será sujeita a desconto calculado com base nos preços hora/homem para o horário, posto de vigilância e instalação correspondentes;
- b) Caso o n.º de horas mensais não cumpridas para uma das instalações indicadas na cláusula 34.<sup>a</sup> deste caderno de encargos seja igual ou superior a 15% do total das horas contratadas para essa instalação, por cada hora não cumprida será aplicada uma penalização de 15%, de acordo com o definido na seguinte fórmula:

$$Vd = 1,15 \times \text{Preço hora/homem}$$

em que:

Vd = Valor do desconto a aplicar na fatura por hora não cumprida (em euros)

Preço hora/homem = Preço hora/homem para o horário, posto de vigilância e instalação correspondentes (em euros)

3 – Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao adjudicatário serão descontadas no pagamento da fatura do mês em que se tenha verificado a ocorrência do facto ou no mês em que seja decidido pela entidade contratante a sua aplicação, sendo sempre comunicadas por escrito ao adjudicatário.

4 – Se na execução dos trabalhos da prestação de serviços resultar, por incúria ou não cumprimento do contrato, prejuízos a terceiros, será da responsabilidade do adjudicatário a respetiva indemnização aos mesmos.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao



adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando a entidade contratante ocorra em mora quanto ao pagamento de qualquer montante que lhe seja devido superior a seis meses ou quando o montante em dívida seja superior a 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Execução da caução**

1 – A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do concurso, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 – A resolução do contrato pela entidade contratante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 – A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da entidade contratante para esse efeito.

4 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### **Gestor do contrato**

A entidade adjudicante designará dois gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução nos termos legalmente previsto, definindo para o efeito as funções e responsabilidades de cada um deles, ao abrigo e nos termos do artigo 290.º-A do CCP e do artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa, antecipada e inequívoca renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos do CCP.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação em vigor.

## **ANEXO I**

### **Especificações Técnicas**

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Locais de prestação dos serviços**

Os serviços objeto do presente procedimento são prestados nos locais indicados no anexo II ao presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Informação fornecida pelo adjudicatário**

- 1 – O adjudicatário deverá assegurar-se da exatidão dos elementos que fazem parte integrante do presente caderno de encargos, bem como de quaisquer outros elementos complementares ou de alteração que forem fornecidos pela entidade contratante, mediante as comprovações e verificações que considerar pertinentes, nomeadamente através da realização de visitas, com o objetivo de conseguir uma confirmação das condições de execução dos trabalhos a realizar.
- 2 – Não poderá servir de fundamento ao adjudicatário para se eximir à boa e completa execução dos trabalhos, a invocação de dados/informações não recolhidos nos termos do número anterior.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade do adjudicatário**

- 1 – O adjudicatário será responsável pela boa prestação dos serviços, de acordo com o disposto no contrato e eventuais indicações complementares, da entidade contratante, independentemente da forma pela qual forem transmitidas.
- 2 – A entidade contratante não responderá por quaisquer danos causados no equipamento e material do adjudicatário, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelo pessoal ao seu serviço, salvo se resultarem de culpa comprovada dos colaboradores da entidade contratante no exercício das respetivas funções.
- 3 – O adjudicatário será o único responsável pelos prejuízos causados à entidade contratante, seus colaboradores e terceiros, decorrentes direta ou indiretamente da prestação de serviços de segurança e atividades complementares, causados quer pelos equipamentos utilizados, quer por pessoal ao seu serviço.
- 4 – No caso de o adjudicatário detetar qualquer situação anómala nos locais da prestação de serviços, deverá, imediatamente, comunicá-la à entidade contratante, sob pena de ser responsabilizado por todas as consequências derivadas da não comunicação imediata dos factos.

5 – O adjudicatário terá de garantir a confidencialidade de toda e qualquer informação obtida no âmbito do presente procedimento e da consequente prestação dos serviços.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### **Pessoal**

1 – O adjudicatário obriga-se a apresentar à entidade contratante no início do contrato e semestralmente, ou quando esta o solicitar, uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes, idades e nacionalidades dos trabalhadores e áreas a que estão afetos na prestação de serviços. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o adjudicatário, com indicação da respetiva data de início e duração.

2 – O adjudicatário fornecerá todas as informações e documentos necessários à emissão de autorizações para acesso e permanência dos trabalhadores afetos à prestação de serviços nas instalações da entidade contratante, nomeadamente, fotocópia do cartão de cidadão e informação sobre a morada de residência.

3 – As autorizações referidas no número anterior apenas dão direito de acesso ao local de prestação dos serviços durante o período normal de trabalho, ficando a permanência de pessoal nas instalações da entidade contratante fora do horário normal de produção sujeita a prévia autorização, por escrito, da entidade contratante.

4 – O adjudicatário fornecerá antecipadamente os dados, mencionados no n.º 2, para o pessoal designado para substituir os trabalhadores em situação de férias, faltas ou licenças.

5 – O adjudicatário deverá comunicar à entidade contratante as substituições do pessoal que venham a ocorrer de forma não planeada.

6 – O adjudicatário deverá desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços na entidade contratante, de forma a garantir a consistência e qualidade dos trabalhos realizados.

7 – O pessoal ao serviço do adjudicatário, quando no exercício das suas funções, deve obrigatoriamente usar uniforme (aprovado nos termos da lei) e cartão profissional aposto visivelmente.

8 – O uniforme referido no número anterior será escolhido, pela entidade contratante, de entre os que o adjudicatário tiver legalmente aprovado.

9 – O adjudicatário deverá fazer cumprir pelo seu pessoal afeto à prestação de serviços os regulamentos de segurança ou outros em vigor na entidade contratante, sempre que deles tenha tido conhecimento.

10 – O adjudicatário obriga-se a respeitar os direitos e regalias legalmente consagradas aos colaboradores, independentemente do regime jurídico-laboral que lhes seja aplicável, sendo da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as infrações à legislação vigente.

11 – O adjudicatário deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade contratante.

12 – A entidade contratante poderá exigir a substituição de qualquer elemento do adjudicatário ou que para ele execute tarefas, quando este não respeite o disposto nos pontos anteriores ou ainda, que pela sua atuação profissional ou comportamental, considere não dever ser mantido na prestação de serviços objeto do presente caderno de encargos.

#### Cláusula 28.<sup>a</sup>

##### **Fiscalização**

A entidade contratante reserva o direito de exigir, sempre que julgue necessário, durante o período de duração do contrato, a prova da inscrição e do regular pagamento de todas as contribuições que sejam devidas à Segurança Social, quer pelo adjudicatário enquanto entidade patronal, quer relativas aos trabalhadores que na altura do pedido estiverem ao seu serviço.

#### Cláusula 29.<sup>a</sup>

##### **Direção Técnica**

1 – O adjudicatário obriga-se a entregar a direção técnica da prestação dos serviços a 1 (um) técnico de reconhecida competência em trabalhos semelhantes, aceite pela entidade contratante.

2 – O adjudicatário comunicará por escrito à entidade contratante, até 8 (oito) dias úteis após a assinatura do contrato, o nome do técnico responsável pela execução do contrato, acompanhado do seu curriculum vitae, podendo a entidade contratante rejeitar o técnico proposto.

3 – Sempre que as circunstâncias o justifiquem, pode a entidade contratante exigir a substituição do Diretor Técnico.

4 – Aplica-se à eventual substituição do Diretor Técnico as regras referidas no número 2.

#### Cláusula 30.<sup>a</sup>

##### **Direito de Auditoria**

1 – A entidade adjudicante tem o direito de, em qualquer momento e em qualquer local objeto da prestação de serviços, auditar o modo de cumprimento das obrigações do adjudicatário.

2 – Essa fiscalização será efetuada pela forma que a entidade adjudicante entender mais adequada, através de colaboradores designados para o efeito e podendo, se necessário, recorrer a serviços de terceiros.

3 – Sempre que seja verificado o incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato será elaborado o respetivo auto, sendo sempre chamado para o efeito o supervisor geral ou representante

do adjudicatário. No caso do adjudicatário não se fazer representar, o auto não deixará de produzir os devidos efeitos e será remetido, em tempo oportuno, ao adjudicatário.

4 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a entidade adjudicante reserva-se o direito de exigir do prestador de serviços que proceda, de imediato, a alterações no todo, ou em parte, daquilo que for executado incorretamente, que não esteja de acordo com as indicações contratuais ou com a boa prática.

5 – Se o Adjudicatário não proceder de imediato às ações previstas no número anterior, a entidade adjudicante poderá providenciar a execução dos serviços ou contratar terceiros para a execução dos mesmos, ficando o adjudicatário obrigado a reembolsar a entidade adjudicante pelas despesas e encargos incorridos, sem prejuízo de qualquer outro direito que assista à entidade adjudicante ao abrigo do respetivo contrato ou no presente caderno de encargos.

6 – O adjudicatário fica obrigado a colaborar com a entidade adjudicante durante todo o período da inspeção, fornecendo todos os elementos que lhe forem solicitados.

7 – O exercício do direito de auditoria por parte da entidade adjudicante não diminui, de qualquer modo, a responsabilidade do adjudicatário, em caso de deficiência não detetada nesse âmbito.

#### Cláusula 31.<sup>a</sup>

##### **Qualidade da prestação dos serviços**

1 – A aferição da qualidade do serviço é apurada por intermédio de auditorias realizadas para cada uma das instalações indicadas no anexo II deste caderno de encargos, podendo, na sequência dos resultados das mesmas, ser aplicadas penalidades sobre o valor mensal do contrato.

2 – Serão realizadas as ações de auditoria que a entidade adjudicante entenda por convenientes quer em termos programados, quer em termos aleatórios, devendo, preferencialmente, ser acompanhadas pelo responsável do adjudicatário.

3 – As ações de auditoria serão realizadas sobre uma amostra considerada representativa da totalidade do serviço prestado.

4 – A avaliação da qualidade do serviço é efetuada por atribuição de um Nível de Gravidade – pouco grave, grave e muito grave – às irregularidades identificadas.

a) São consideradas infrações pouco graves as seguintes:

- i. Pessoal afeto à prestação de serviços não estar devidamente fardado ou identificado;
- ii. Ausência dos equipamentos necessários à prestação de serviços ou deficiente estado do equipamento utilizado na mesma;
- iii. Desconhecimento por parte do pessoal afeto ao contrato dos procedimentos definidos para as funções que desempenham;
- iv. Não cumprimento das especificações definidas para a faturação;

- v. Falta de entrega dos relatórios nos prazos estipulados, desde que solicitados pela entidade adjudicante.
- b) São consideradas infrações graves as seguintes:
  - i. Aplicação não conforme por parte do pessoal do adjudicatário dos procedimentos definidos para as funções que desempenham, desde que o não cumprimento das mesmas não tenha tido consequências para a integridade das pessoas e bens;
  - ii. Comportamento incorreto por parte do pessoal afeto à prestação de serviços;
  - iii. Não cumprimento do plano de rondas;
  - iv. Ausência de pessoal ao serviço do adjudicatário nos locais previstos;
  - v. Não acompanhamento de um colaborador do adjudicatário que inicie novas funções durante 1 (um) turno completo desde o momento em que inicia o desempenho dessa função, de acordo com o referido na Cláusula 36.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos;
  - vi. Não prestação dos serviços nas horas e dias definidos no contrato, quer por falta de colaboradores do adjudicatário, quer em resultado da ocorrência de atrasos no cumprimento dos horários previstos para o início da prestação de serviços;
  - vii. Utilização indevida de instalações ou equipamentos por parte do pessoal ao serviço do adjudicatário;
- c) São consideradas infrações muito graves as seguintes:
  - i. Aplicação não conforme por parte do pessoal do adjudicatário dos procedimentos definidos para as funções que desempenham, caso o seu não cumprimento tenha tido consequências para a integridade das pessoas e bens;
  - ii. Instabilidade do quadro de pessoal afeto ao contrato, comprometendo a normal prestação do serviço;
  - iii. Pessoal afeto à prestação de serviços estar sob o efeito de bebidas alcoólicas ou outras substâncias que diminuam a sua capacidade para a correta prestação dos serviços;
  - iv. Não cumprimento do estabelecido nos números 4 e 5 da cláusula 30.<sup>a</sup> deste caderno de encargos.

#### Cláusula 32.<sup>a</sup>

##### **Substituição do adjudicatário por parte da entidade adjudicante**

1 – A entidade adjudicante poderá intervir na realização de trabalhos adstritos à prestação de serviços, nomeadamente através da contratação de serviços de terceiros, sempre que ocorra a cessação ou interrupção total ou parcial da prestação de serviços, ou se verifiquem graves deficiências na realização dos trabalhos ou no equipamento, suscetíveis de comprometer a regularidade desta prestação.

2 – Sem prejuízo do direito de resolver o contrato previsto nos termos da cláusula 15.<sup>a</sup>, ao adjudicatário serão imputados, além das penalizações e respetivas sanções pecuniárias, previstas na cláusula 13.<sup>a</sup>, os custos de intervenção suportados pela entidade adjudicante, respeitantes, não só à manutenção dos serviços, como ao restabelecimento da normalidade dos mesmos.

#### Cláusula 33.<sup>a</sup>

##### **Encargos do adjudicatário**

1 – São encargos do adjudicatário as despesas relativas à prestação da caução e à realização dos seguros a que se refere a cláusula 17.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> deste caderno de encargos, respetivamente.

2 – São responsabilidade do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

3 – São encargos do adjudicatário todas as despesas decorrentes das funções de segurança e vigilância a executar no âmbito do contrato descritas na cláusula 4.<sup>a</sup> deste caderno de encargos.

4 – São encargos do adjudicatário todas as despesas necessárias à regular e boa execução da prestação do serviço objeto do presente procedimento, nomeadamente:

- a) Os vencimentos do pessoal;
- b) As contribuições para a Segurança Social, Caixa de Previdência, encargos sociais e os prémios de seguro contra acidentes de trabalho do pessoal ao serviço do adjudicatário;
- c) Os uniformes e cartões profissionais de identificação do pessoal;
- d) Os equipamentos considerados necessários à prestação do serviço objeto do presente procedimento.

5 – São da responsabilidade exclusiva do adjudicatário todas as obrigações que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.

6 – O adjudicatário será responsável por qualquer reclamação resultante de violação ou alegada violação dos direitos referidos no número anterior.

### **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA**

#### Cláusula 34.<sup>a</sup>

##### **Descrição dos serviços**

##### **Lote 1 – Serviços Centrais e Locais**

Nas instalações dos Serviços Centrais do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM sitas à Rua Elias Garcia, n.º 14 e Rua da Conceição, n.º 127 – Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á de Segunda a Sexta, com um posto de trabalho móvel, com o seguinte horário: para os Serviços Centrais das **7.30 horas às 20.00 horas**.



Nas instalações do Serviço Local de Segurança Social de Câmara de Lobos sito ao Complexo Habitacional Coolobos, Bloco D2, R/C – Câmara de Lobos, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á de Segunda a Sexta, com um posto de trabalho fixo/móvel, com o seguinte horário: das **9.00 horas às 17.30 horas**.

### **Lote 2 – Estabelecimento Integrados**

Nas instalações do Estabelecimento Vila Mar sito no Sítio do Lazareto - Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á aos Sábados, Domingos e Feriados, com um posto de trabalho fixo/móvel, com o seguinte horário: das **0.00 horas às 24.00 horas**, e de Segunda a Sexta, com um posto de trabalho móvel com o seguinte horário: das **0.00 horas às 8.00 horas**.

Nas instalações do Estabelecimento Vale Formoso sito à Rua do Vale Formoso n.º 15 - Funchal, os serviços de segurança e vigilância efetuar-se-á todos os dias com um posto de trabalho fixo/móvel com o seguinte horário – das **8:00horas às 20:00horas**.

Nas instalações do Estabelecimento Bela Vista sito à Rua do Lazareto, São Gonçalo, Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á todos os dias com um posto de trabalho fixo/móvel com o seguinte horário – das **00:00horas às 24:00horas** (1 elemento por turno).

Nas instalações do Estabelecimento Santa Isabel sito ao Caminho da Portada de Santo António, Monte, Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á todos os dias com um posto de trabalho fixo/móvel com o seguinte horário – das **10:00horas às 20:00horas** (1 elemento por turno).

### **Lote 3 – Centros de Inclusão**

Nas instalações do Centro de Inclusão Social da Madeira sito à Rua da Levada de Santa Luzia, n.º 7, Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á de Segunda a Sexta, com um posto de trabalho móvel, com o seguinte horário: das **7.30 horas às 18.30 horas**.

O posto de trabalho fixo/móvel corresponde à situação em que o vigilante não realiza rondas durante o horário de expediente das instalações, passando, fora desse horário, a efetuar rondas de acordo com o plano a estabelecer entre a entidade contratante e o adjudicatário.

### **Lote 4 – Porta do piso 3 do edifício do Bom Jesus**

Nas instalações do Serviço Central localizado na Rua do Bom Jesus, n.º 13, Piso 3 – Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á de Segunda a Sexta, com um posto de trabalho móvel, com o seguinte horário: das **8.00 horas às 20.00 horas**.

### **Lote 5 – Edifício Rua da Conceição**

Nas instalações do Serviço Central localizado na Rua da Conceição – Funchal, a prestação dos Serviços de Segurança e Vigilância efetuar-se-á de Segunda a Sexta, com um posto de trabalho móvel, com o seguinte horário: das **9.00 horas às 12.00 horas e das 14.00 horas às 16.30 horas**.

#### Cláusula 35.<sup>a</sup>

##### **Condições de prestação dos serviços**

- 1 – A prestação de serviços de segurança e vigilância deverá ser executada de acordo com o descrito na cláusula 34.<sup>a</sup> deste caderno de encargos.
- 2 – O pessoal do adjudicatário tem como função a execução de um conjunto de tarefas de promoção do conforto, da confiança nos serviços, da prevenção de incidentes e de apoio aos utentes dos serviços da entidade contratante.
- 3 – O adjudicatário obriga-se a afetar à presente prestação de serviços pessoal de reconhecida idoneidade, fisicamente apto e com o perfil adequado para o desempenho das funções que lhe são atribuídas.
- 4 – O adjudicatário obriga-se a assegurar a continuidade dos serviços sempre que a entidade contratante solicite a realização de tempo adicional não previsto na cláusula 34.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos. O pagamento desse tempo adicional será calculado com base nos preços hora/homem do serviço extra referidos no Programa do Concurso.
- 5 – O adjudicatário obriga-se a assegurar a presença continuada de pessoal nos postos de vigilância de 24h.
- 6 – O adjudicatário compromete-se a que qualquer seu colaborador afeto à prestação de serviços:
  - a) Cumpra os requisitos de capacidade física e demais fixados na legislação em vigor, de acordo com as funções a desempenhar.
  - b) Esteja devidamente fardado e munido de cartão de profissional, aseado e equipado com os meios que o adjudicatário e a entidade contratante tenham disponibilizado para a prestação de serviço.
  - c) No seu relacionamento com os funcionários e utentes dos serviços da entidade contratante:
    - i. Adote uma postura de cortesia e educação, evite conflitos e discussões, embora atuando decididamente;
    - ii. Manifeste sempre uma conduta serena, porém firme e delicada, nunca recorrendo a modos e atitudes bruscas ou insensatas;
    - iii. Se faça respeitar, sendo compreensivo e usando de bom senso, mesmo nas situações mais delicadas;
    - iv. Se abstenha totalmente de se intrometer em qualquer serviço cujo desempenho não lhe respeite;
    - v. Não aceite a responsabilidade, ainda que a título pessoal, por objetos ou valores para além dos inerentes à sua função.

7 – Na execução dos serviços o adjudicatário obriga-se a cumprir integralmente as normas legais em vigor sobre a atividade de segurança e vigilância.

8 – O adjudicatário deverá planejar sempre a execução da prestação de serviços, de forma a não prejudicar a normal atividade da entidade contratante, nomeadamente nos Estabelecimentos referidos na cláusula 31.<sup>a</sup> deste caderno de encargos.

#### Cláusula 36.<sup>a</sup>

##### **Controlo de rondas**

1 – Nas instalações objeto do presente procedimento onde está prevista ou venha a ser prevista a realização de rondas deverão ser instalados, em locais a definir entre o adjudicatário e a entidade contratante antes do início do contrato, sistemas de controlo de rondas, sendo o seu fornecimento e implementação da responsabilidade do adjudicatário.

2 – O número de postos de controlo a instalar poderá vir a sofrer alterações no período de vigência de contrato, sem que as mesmas tenham impacto nos preços do contrato definidos.

#### Cláusula 37.<sup>a</sup>

##### **Formação do pessoal do adjudicatário e acompanhamento de novos colaboradores**

1 – Os colaboradores do adjudicatário afetos à prestação de serviços deverão ter a formação exigida pela legislação em vigor, no momento da prestação de serviços, para as funções a desempenhar, devidamente comprovada, assim como ações de reciclagem previstas.

2 – Os colaboradores do adjudicatário afetos à prestação de serviços receberão formação nos procedimentos internos de segurança da entidade contratante, cabendo ao adjudicatário garantir a transmissão desse conhecimento ao pessoal que inicie funções na entidade contratante durante a vigência do contrato, para substituição de outros colaboradores.

3 – O número de colaboradores do adjudicatário que receberá a formação referida no n.º 2 da presente cláusula será estabelecido entre a entidade contratante e o adjudicatário.

4 – Os colaboradores do adjudicatário deverão encontrar-se capacitados para operar com os equipamentos inerentes ao desempenho das suas funções.

5 – Não poderão exercer atividade na entidade contratante pessoas que não cumpram o definido anteriormente, sendo responsabilidade do adjudicatário todas as consequências que resultem da não aplicação desta condição.

6 – É exigido ao adjudicatário um tempo de acompanhamento mínimo de 1 (um) turno completo, de acordo com a rotatividade do serviço a desempenhar (a contar do primeiro momento em que inicia a atividade), de um seu colaborador novo que entre em funções na entidade contratante, ou que desempenhe outras funções, durante a vigência do contrato.

Cláusula 38.<sup>a</sup>

**Equipamentos a disponibilizar pelo adjudicatário**

Será da responsabilidade do adjudicatário a disponibilização de qualquer equipamento a ser utilizado nas instalações identificados na cláusula 34.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, para apoio ao desenvolvimento dos serviços de segurança e vigilância objeto do presente procedimento.

Cláusula 39.<sup>a</sup>

**Funções de segurança e vigilância a efetuar**

As principais funções de segurança que deverão ser asseguradas, pelo adjudicatário, para as instalações e postos de vigilância referidos na cláusula 34.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, são as seguintes:

- a) Proteger pessoas e bens, velando pela sua segurança;
- b) Detetar os riscos de segurança que afetam pessoas e bens e atuar no sentido de os eliminar ou, se isso não for possível, de os minimizar;
- c) Adotar medidas imediatas em situações anómalas (incêndio, tentativa de intrusão, derrame, avarias elétricas, ameaça de bomba, catástrofe natural, entre outras), de acordo com o Plano de Emergência e as regras de segurança estipuladas para o efeito;
- d) Elaborar de forma imediata relatórios de incidentes, sempre que estes ocorram, onde sejam relatadas todas as anomalias detetadas e o tratamento dado às mesmas;
- e) Contactar telefonicamente as várias áreas/departamentos existentes nas instalações para obtenção de autorizações de acesso para pessoas estranhas ao serviço;
- f) Prestar esclarecimentos ou informações dentro da sua área de vigilância, quando lhe sejam solicitados, abreviando ao máximo a permanência de pessoas estranhas ao serviço;
- g) Controlar as entradas e saídas de pessoas, de mercadorias e equipamentos;
- h) Controlar o acesso e estacionamento de veículos no estacionamento das instalações;
- i) Controlar volumes, embrulhos, pastas, etc., através de uma vigilância discreta;
- j) Rececionar, registar e encaminhar pessoas e correspondência;
- K) Abrir e encerrar as instalações;
- l) Abrir e encerrar os portões;
- m) Fechar portas e janelas;
- n) Realizar rondas no interior das instalações;
- o) Prevenir o uso indevido das instalações e equipamentos (elevadores, cancelas das portarias, etc.);
- p) Guardar e controlar as chaves que lhe venham a ser confiadas;
- q) Vigilância de cofres, com abertura dos mesmos sempre que solicitado, de acordo com as normas a serem disponibilizadas;

- r) Ligar e desligar o ar condicionado e aquecimento das instalações;
- s) Ligar e desligar o quadro da instalação elétrica;
- t) Abrir e fechar as torneiras de segurança da água;
- u) Controlar e operar o sistema automático de deteção de incêndios e agir, em caso de alarme, de acordo com as regras estabelecidas;
- v) Controlar e operar os equipamentos de combate a incêndios;
- w) Controlar e operar o sistema automático de intrusão e roubo e agir, em caso de alarme, de acordo com as regras estabelecidas;
- x) Controlar, monitorizar e operar os equipamentos de vigilância eletrónica;
- y) Controlar a folha de presenças do pessoal de limpeza;
- z) Vistoriar as saídas de emergência;
- aa) Prestar apoio em situações de estrangulamento nos elevadores;
- ab) Monitorizar e controlar o sistema automático/eletrónico de controlo de acessos nos Estabelecimentos em que este controlo esteja instalado ou venha a ser instalado no decurso do contrato (devendo o pessoal possuir conhecimentos mínimos de informática, na ótica do utilizador).

## SERVIÇOS DE LIGAÇÃO A CENTRAL DE RECEÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ALARMES

### Cláusula 40.<sup>a</sup>

#### Locais de prestação dos serviços

A prestação dos serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes inclui a assistência técnica, monitorização e intervenção dos equipamentos de videovigilância e sistemas automáticos de deteção de incêndios e/ou de deteção de intrusão existentes nas instalações dos Serviços/Estabelecimentos que a seguir se discriminam:

Serviço	Sistemas existentes	Serviços pretendidos
Serviço Local C. Lobos	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Santo António	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Ponta Delgada	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Jardim da Serra	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviços Centrais, R. Elias Garcia – Informática	Controlo de acessos	Assistência técnica
Serviços Centrais do ISSM (R. Elias Garcia, R. do Bom Jesus e R. da Conceição)	Deteção de incêndios Videovigilância	Assistência técnica Monitorização e intervenção

Serviço	Sistemas existentes	Serviços pretendidos
Serviço Local Machico	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local S. Roque	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Santa Cruz	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Estreito Câmara Lobos	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Caniçal	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Camacha	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Quinta Grande	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Ribeira Brava	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Ponta do Pargo	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Ponta do Sol	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Prazeres	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Santa, Porto Moniz	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local São Vicente	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Serra d'Água	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Faial	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Estreito da Calheta	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Arco de São Jorge	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Serviço Local Fajã da Ovelha	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Centro de Dia Caniçal	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Centro de Dia Quinta Grande	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção

Serviço	Sistemas existentes	Serviços pretendidos
Centro de Dia Ponta do Pargo	Deteção de incêndios Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Estabelecimento Vila Mar	Deteção de intrusão	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Estabelecimento Santa Isabel	Deteção de incêndios Videovigilância	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Estabelecimento Vale Formoso	Deteção de incêndios Videovigilância	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Estabelecimento Santa Teresinha, Canhas	Deteção de incêndios	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Estabelecimento Nossa Senhora do Bom Caminho	Deteção de incêndios	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Estabelecimento Bela Vista	Videovigilância	Assistência técnica Monitorização e intervenção
Centro de Inclusão Social da Madeira	Deteção de incêndios Deteção de intrusão Videovigilância	Assistência técnica Monitorização e intervenção

#### Cláusula 41.<sup>a</sup>

##### Descrição dos serviços

1 – A assistência técnica, monitorização, intervenção e ligação à central dos sistemas de Deteção de Intrusão e de Deteção de Incêndios abrangem a prestação dos seguintes serviços:

- Visitas técnicas necessárias ao bom funcionamento dos sistemas de Deteção de Intrusão e de Deteção de Incêndios (no mínimo duas vistorias anuais aos sistemas de Deteção de Intrusão e de Deteção de Incêndios), devendo ser inspecionados todos os detetores, verificado o seu grau de eficácia, realizada a limpeza interior e exterior, medições às baterias que equipam os sistemas e às fontes de alimentação e realizados testes aos meios sonoros;
- Substituição de equipamento que se encontre avariado (ex: baterias, infravermelhos, sirenes, etc.);
- Ligação à central do prestador de serviços que, em caso de disparo/avaria, fará **sempre** deslocar o piquete ao local, que detetará a causa de acionamento do sistema em causa, procederá à reparação das avarias cuja reparação seja urgente, entrará em contacto telefónico com o cliente para os números de telefone a indicar, avisará as autoridades policiais e requererá as intervenções dos meios de socorro necessários (ex: bombeiros);
- Elaboração e apresentação de relatórios de inspeção, com informação dos resultados de inspeção e identificação de anomalias e de propostas de medidas de correção, acompanhadas dos respetivos orçamentos;
- Elaboração e apresentação de relatórios de cada intervenção do piquete, dando conhecimento dos



respetivos motivos, das medidas adotadas e da data e hora da intervenção/ocorrência.

2 – O contrato a celebrar contempla a entrega das chaves ao prestador de serviços, que ficará fiel depositário das mesmas, para qualquer eventual intervenção que seja necessária em caso de disparo dos alarmes.

#### Cláusula 42.<sup>a</sup>

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, designadamente na cláusula 4.<sup>a</sup>, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Efetuar as intervenções necessárias à manutenção dos equipamentos, sendo da sua responsabilidade os encargos com a mão de obra relativos a esses trabalhos, assim como todas as ferramentas, materiais e consumíveis inerentes a essa manutenção;
- b) Garantir o bom funcionamento das instalações, incluindo a limpeza dos aparelhos;
- c) Proceder à manutenção dos equipamentos através de pessoal técnico especializado;
- d) Evitar ruturas e ou paragens;
- e) Efetuar um relatório com indicação dos trabalhos executados e de todas as ocorrências que tenham surgido ou avarias que tenham sido detetadas;
- f) Substituir, por sua conta, os materiais e peças que fiquem danificadas durante ou por causa da intervenção do seu pessoal;
- g) Responder com prontidão a qualquer pedido de intervenção ou manutenção extraordinária;
- h) Reparar as avarias, logo que autorizado pela entidade contratante.

2 – Entende-se por manutenção preventiva dos equipamentos as diversas operações/intervenções indicadas pelos fabricantes/instaladores na documentação técnica que acompanha os equipamentos e cujo objetivo é assegurar o funcionamento dentro dos parâmetros normais, de forma a obter a maior vida útil dos equipamentos.

3 – Para a reparação das avarias ou substituição de peças o prestador de serviços apresentará uma estimativa orçamental.

4 – A reparação das avarias somente poderá ter lugar após autorização expressa da entidade contratante.

5 – A reparação deverá ser efetuada com observância das normas/indicações técnicas dos respetivos fabricantes.



## ANEXO II

Identificação dos Lotes/Serviços	
<b>Lote 1 - Serviços Centrais e Locais</b>	
<b>Aquisição de serviços de ligação, monitorização e manutenção de sistemas de vigilância eletrónica</b>	Serviços Centrais e Locais
<b>Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana</b>	Serviços Centrais e Locais
<b>Lote 2 - Estabelecimentos</b>	
<b>Aquisição de serviços de ligação, monitorização e manutenção de sistemas de vigilância eletrónica</b>	C. Dia Caniçal
	C. Dia Quinta Grande
	C. Dia Ponta do Pargo
	Estabelecimento Vila Mar
	Estabelecimento Santa Isabel
	Estabelecimento Vale Formoso
	Estabelecimento Santa Teresinha
	Estabelecimento N. S. Bom Caminho
<b>Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana</b>	Estabelecimento Bela Vista
	Estabelecimento Vila Mar
	Estabelecimento Santa Isabel
	Estabelecimento Vale Formoso
<b>Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana</b>	Estabelecimento Bela Vista
<b>Lote 3 - Centro Inclusão Social da Madeira</b>	
<b>Aquisição de serviços de ligação, monitorização e manutenção de sistemas de vigilância eletrónica</b>	Centro de Inclusão Social da Madeira
<b>Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana</b>	Centro de Inclusão Social da Madeira
<b>Lote 4 – Porta do Piso 3 do Edifício do Bom Jesus</b>	
<b>Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana</b>	Edifício do Bom Jesus
<b>Lote 5 – Edifício Rua da Conceição</b>	



**Aquisição de serviços de vigilância e  
segurança humana**

Edifício da Rua da Conceição